

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento de que, no Hospital de Cascais - Dr. José de Almeida, não se está a proceder à contagem de tempo de serviço de enfermeiros, não lhes sendo atribuído pontos para efeitos de progressão na carreira.

O Hospital de Cascais é, desde 2009, gerido pelo Grupo Lusíadas Saúde em regime de Parceria Público-Privada.

Esta situação representa uma discriminação de tratamento entre enfermeiros desta unidade gerida por entidade privada e outras do Serviço Nacional de Saúde. É ainda um desrespeito pelas normas do Orçamento do Estado para 2018.

Segundo o que sabemos, o Hospital de Cascais não está a contabilizar nenhum ponto por tempo de serviço aos enfermeiros, escudando-se com supostas orientações superiores, nomeadamente da entidade privada que gere o Hospital.

Contudo, e no entender do Bloco de Esquerda, apesar do que a entidade privada acha sobre o tema, esta unidade é um hospital do Serviço Nacional de Saúde e, sobre o qual, o Governo deve também interceder, nomeadamente através da defesa dos profissionais de saúde que nela trabalham.

Esta situação gera uma injustiça enorme nos profissionais, principalmente quando estes transitam para outras unidades sem qualquer atribuição de pontos. Estamos a falar de centenas de profissionais que estão entregues às interpretações de uma entidade gestora privada, entidade esta que parece não querer saber dos direitos destes profissionais.

Sendo esta situação inaceitável, o Governo deve intervir, no sentido de repor a justiça e fazer valer a lei. Consideramos, por isso, que deve instruir o Hospital de Cascais no sentido de fazer uma correta contagem dos pontos e do tempo de serviço a todos os enfermeiros, sejam eles CTFP ou CIT.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. Sabe a tutela precisar o número de profissionais que se encontram nesta situação?
3. Está disposta a tutela a interceder junto da entidade privada, de forma a corrigir eventuais injustiças existentes na atribuição de pontos aos enfermeiros?

Palácio de São Bento, 14 de outubro de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

MARIANA MORTÁGUA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JORGE COSTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)